



MUDANÇAS CLIMÁTICAS

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A VIDA ESTÁ EM NOSSAS MÃOS

EXPEDIENTE

Diretores responsáveis

Ricardo Patah
Lourenço Ferreira do Prado
José Francisco Pantoja Pereira

Pesquisa e texto

Maria Lúcia Ferreira da Silva
Fátima Cristina Faria Palmieri

Revisão da língua portuguesa

Maria Lúcia Ferreira da Silva

Jornalista responsável

Mauro Ramos

Projeto Gráfico Capa e Miolo

Luiz Amaral

Tradução para o Inglês e Espanhol

Lucas Setubal Melo



Edição

Fábio Ramalho

Impressão



A marca da gestão florestal
responsável - FSC® C110427

© 2023 Todos os direitos reservados a: UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES
Rua Formosa nº 367 - 4º andar, Centro | CEP. 01049-911 - São Paulo - SP - Brasil
Tel.: (11) 2111-7300 - e-mail: ugt@ugt.org.br

SUMÁRIO



EDITORIAL	4
POR QUE INCLUIR OS TEMAS AMBIENTAIS NA AGENDA SINDICAL?	4
INTRODUÇÃO	5
AS COP'S - CONFERÊNCIAS SOBRE MUDANÇAS DO CLIMA	6
A HISTÓRIA DAS CONFERÊNCIAS DA ONU SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	6
EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS EVENTOS RELACIONADOS ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS	7
CONFERÊNCIAS DAS PARTES DA CONVENÇÃO	8
MITIGAÇÃO, ADAPTAÇÃO, E AS NDCs	10
NDCs - NOSSA CONTRIBUIÇÃO PARA AS METAS DE REDUÇÃO DE EMISSÕES DO BRASIL ..	10
CÚPULA DOS PAÍSES AMAZÔNICOS	11
ELABORANDO PROPOSTA PARA A COP 28	11
DIÁLOGOS AMAZÔNICOS	12
PROPOSTA DA SOCIEDADE CIVIL	12
COP 28 - EXPECTATIVAS E DESAFIOS	15
MUDANÇAS CLIMÁTICAS	15
MERCADO DE CARBONO	16
COMO FUNCIONA O CRÉDITO DE CARBONO?	16
O QUE É O CRÉDITO DE CARBONO?	17
COMO SURTIU O MERCADO DE CRÉDITO DE CARBONO?	17
CRÉDITO DE CARBONO PARA QUEM?	18
A PERSPECTIVA DOS POVOS INDÍGENAS PRINCIPAIS PREOCUPAÇÕES	19
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	21
AGRICULTURA SUSTENTÁVEL	21
ÁGUA	22
ENERGIA	22
ESTRATÉGIAS PARA UMA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA	23
ESPORTES E MUDANÇA CLIMÁTICA	24
O IMPACTO DESSAS TECNOLOGIAS PARA OS TRABALHADORES E PARA AS COMUNIDADES ..	24
EMPREGOS VERDES, TRANSIÇÃO JUSTA, OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA MULHERES E JOVENS ..	25
CONSTRUINDO CIDADES RESILIENTES	26
O QUE É UMA CIDADE RESILIENTE?	27
OS SINDICATOS NA LUTA POR UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	28
A AGENDA 2030 NÃO SERÁ ALCANÇADA SEM A INCLUSÃO DE SINDICATOS	29
COP 28 E A CSA - CONFEDERAÇÃO SINDICAL PARA AS AMÉRICAS	30
SAÚDE E SEGURANÇA E OS PRINCÍPIOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS NO TRABALHO ...	31
REFUGIADOS DO CLIMA	31

EDITORIAL

POR QUE INCLUIR OS TEMAS AMBIENTAIS NA AGENDA SINDICAL?

Quero chamar a atenção para o que escreveu, o sociólogo e filósofo francês, Edgar Morin: *“Durante o século XX, a economia, a demografia, o desenvolvimento, a ecologia se tornaram problemas que doravante dizem respeito a todas as nações e civilizações, ou seja, ao planeta como um todo.” Trata-se do que ele chamou de Agonia Planetária.*

Diante disso, nestes tempos que vivenciamos, o tema “Mudanças Climáticas” é, sem dúvida, um dos que mais têm sido debatidos e um dos maiores problemas, porque significa dar um basta à degradação do meio ambiente, mas também, à pobreza, à fome e à miséria visando olhar com confiança o futuro da humanidade. A preservação ambiental é discutida por ecologistas, economistas, indígenas, jovens, mulheres e sindicalistas em busca de um modelo de desenvolvimento que leve em consideração as necessidades dos seres humanos e do planeta.

Companheiros e companheiras, constatamos que a tecnologia e a ciência além do conforto criaram um complexo modo de vida, dependente, custoso e frágil. Constatamos, também, as contradições entre o modelo capitalista de desenvolvimento e a garantia de uma boa qualidade de vida para os cidadãos e cidadãs, o direito dos povos ao desenvolvimento e, finalmente descobrimos

que o planeta tem limites físicos para poder atender às demandas da humanidade. Essas contradições foram aprofundadas quando o capitalismo implementado pela lógica neoliberal atuou sem controle, acumulando maior riqueza, minimizando os instrumentos de proteção social, extremando a destruição dos recursos naturais e levando o planeta de maneira acelerada a uma crise econômica, social e ambiental sem precedentes.

É importante lembrar, também, que o desenvolvimento (histórico) da humanidade possui como característica constante a apropriação e a transformação do espaço. O processo acelerado de industrialização, desde os séculos XVIII e XIX, teve como marca trágica o desrespeito aos fenômenos e aos elementos naturais. Ampliou-se a expansão territorial e as condições tecnológicas para a sua exploração. Como resultado, avançamos da apropriação e da exploração do espaço para uma ação paralela de exploração dos outros seres humanos. À medida que a propriedade privada é desenvolvida (apropriação privada da natureza), o acúmulo de capital se torna consequência, o que além de responder pelo processo de degradação ambiental, responde pelo antagonismo de classe. Por isso o movimento sindical precisa incluir os temas ambientais na agenda sindical.



RICARDO PATAH
Presidente - UGT

É preciso debater a economia verde, os empregos verdes. Mas antes é necessário modificar com rapidez as situações de baixos salários, insegurança nos contratos de trabalho e exposição a materiais perigosos. E neste sentido é importante lembrar que se a criação de empregos verdes não tiver uma regulamentação efetiva, podem ser “sujos, perigosos, indignos e difíceis”. As áreas que despertam preocupação, incluem energia elétrica, energia nuclear, agricultura e água. E falando de agricultura, o que dizer da monocultura, como modelo de desenvolvimento, dos transgênicos, da insegurança alimentar? O desafio é grande, mas o movimento sindical precisa se apropriar de conhecimento e transformar conhecimento em intervenção para recuperar o seu papel enquanto ator social importante.

INTRODUÇÃO



LOURENÇO FERREIRA DO PRADO
Secretário de Relações Internacionais

É sempre importante trazer à luz o que o MIT- Massachusetts Institute of Technology dos Estados Unidos respondeu ao grupo dos países mais ricos do mundo ainda na década de 1970. A grande pergunta desses países era: o que acontecerá se todos os países do mundo continuarem em sua política de crescimento anual e realmente conseguirem manter em crescimento suas economias? Os pesquisadores deste Instituto fizeram um estudo e responderam, de forma simples e direta: **vamos sucumbir à poluição do meio ambiente, ou à exaustão dos recursos naturais, ou ao custo elevado de controle da poluição.**

Diante dessa resposta, a ONU realizou a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo. Nos debates ocorridos durante a Conferência, alguns defendiam que o crescimento econômico e a produção industrial tinham que continuar acelerados; enquanto outros defendiam o crescimento zero, seja da população, seja da produção,

para preservar o meio ambiente.

Se o ponto de partida havia sido um alarmante diagnóstico ambiental mundial, caminhava-se rapidamente para a consciência de que o problema era muito mais amplo, e questionavam-se fortemente as relações econômicas e sociais em cada um dos países. O documento que derivou desta Conferência é o Relatório “**Nosso Futuro Comum**”, publicado em 1987. Neste relatório considerou-se que o *“desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades”*.

Este Relatório apontou como medidas a serem tomadas pelos países: a limitação do crescimento populacional; a garantia da alimentação em longo prazo; a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas; a diminuição do consumo de energia; o controle da urbanização selvagem e a integração entre campo e cidades menores; a satisfação das necessidades básicas. Defendia o

aumento da produção industrial nos países não industrializados à base de tecnologias ecologicamente adaptadas, colocando-o como uma retomada do crescimento, mas alterando a qualidade do desenvolvimento, a fim de torná-lo menos intensivo em matérias-primas e mais equitativo em seu impacto.

No entanto não foi isso o que ocorreu. E isso nos levou a duas crises simultâneas e que se reforçam mutuamente: **a crise de desenvolvimento social global, e a crise ambiental global.**



AS COP'S - CONFERÊNCIAS SOBRE MUDANÇAS DO CLIMA

A Conferência de Nairóbi, Quênia 1982, após dez anos da Conferência de Estocolmo (1972), as Nações Unidas (ONU) em 1982, em Nairóbi, Quênia, as promoveram um encontro que constatou que o agravamento das questões ambientais globais indicava que a economia global já havia excedido em algumas áreas a capacidade de renovação dos recursos da natureza. Com este quadro negativo, foi criada a “Comissão Mundial sobre meio Ambiente e desenvolvimento Sustentável - UNCED”. (Gouvinhas R. P. et al).

O “Relatório de Bruntland” conhecido como “Nosso Futuro Co-

mun” (Our Common Future, em inglês), apresentado em 1987 pela Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente (UNCED), apontava para a incompatibilidade entre o desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo atuais. Neste documento surgiu o conceito de “desenvolvimento sustentável”, conciliado com as questões ambientais e sociais, definido como processo que: “... *satisfaz as necessidades atuais sem comprometer a capacidade das futuras gerações de suprir suas próprias necessidades*”. (Bruntland apud Lagerstedt, 2000)

Décadas e discussões

Da Revolução industrial, às décadas 60, 70, 80 e 90, os impactos ambientais foram objetos de muitas discussões, mas foi ao final da década de 90 que aconteceram uma série de acordos, convenções, leis, intenções de modo a tornar o desenvolvimento econômico menos impactante, envolvendo a sociedade que passou a discuti-los, e não somente os chefes de estado, empresários, grupos de ambientalistas e comunidade científica. Com os desdobramentos destas discussões e eventos que sucederam ao “Relatório de Bruntland” chegamos, às conferências do clima.

A HISTÓRIA DAS CONFERÊNCIAS DA ONU SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS - DE BERLIN, 1995 A PARIS, 2015.

Todos os anos, desde 1995, a Organização das Nações Unidas (ONU) que reúne representantes de todo o mundo, entre eles, diplomatas, governos e membros da sociedade civil, com o objetivo de discutir e organizar as iniciativas sobre os desafios das mudanças climáticas, a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (*United Nations Climate Change Conference - UNCCC*), sigla para Conferência das Partes (do inglês, Conference of the Parties).

A Eco-92, 1992, Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

(CNUMAD) foi responsável pela consolidação do que se convencionou chamar “desenvolvimento sustentável”. Gerou como documentos oficiais: a Carta da Terra ou Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; Agenda 21; Princípios para a Administração Sustentável das florestas; Convenção sobre a Diversidade Biológica e a Convenção Quadro sobre Mudança do Clima.

A conferência climática internacional é realizada anualmente e em duas etapas.

A Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações

Unidas referente às Mudanças do Clima, as chamadas COP's, foi firmada em 1992 com o propósito de conter o aquecimento global e as mudanças do clima e entrou em vigor em 1994.

A Sessão da Conferência das Partes, as chamadas CMP's, (Meeting of the Parties) são reuniões referentes ao tratado “Protocolo de Kyoto”, firmado em 1997, na terceira Conferência das Partes (COP3) em Kyoto, Japão. Obriga 38 países industrializados a reduzirem, entre 2008 e 2012, suas emissões de gases de efeito estufa em 5% em relação a 1990.

EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS EVENTOS RELACIONADOS ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Fonte: <https://www.politize.com.br/historia-das-conferencia-das-nacoes-unidas-sobre-mudancas-climaticas>

CONFERÊNCIAS DAS PARTES DA CONVENÇÃO - QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇA DO CLIMA - COP27

Tabela: Principais eventos relacionados às Mudanças Climáticas e ao Desenvolvimento Sustentável

1987		RELATÓRIO DE BRUNTLAND PUBLICADO EM 1987, INTITULADO “NOSSO FUTURO COMUM” (OUR COMMON FUTURE) NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1980, A ONU RETOMOU O DEBATE DAS QUESTÕES AMBIENTAIS. INDICADA PELA ENTIDADE, A PRIMEIRA-MINISTRA DA NORUEGA, GRO HARLEM BRUNDTLAND, CHEFIOU A COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, PARA ESTUDAR O ASSUNTO. O RELATÓRIO PROPÕE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, QUE É “AQUELE QUE ATENDE ÀS NECESSIDADES DO PRESENTE SEM COMPROMETER A POSSIBILIDADE DE AS GERAÇÕES FUTURAS ATENDEREM ÀS SUAS NECESSIDADES”.
1988	1ª REUNIÃO	TORONTO, CANADÁ 1ª REUNIÃO ENTRE GOVERNANTES E CIENTISTAS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS
1990	1º INFORME	1º INFORME DOS CIENTISTAS SOBRE PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇA CLIMÁTICA- IPCC, TRATA DA NECESSIDADE DE UM TRATADO INTERNACIONAL CLIMÁTICO. AS NEGOCIAÇÕES LEVARAM A UM COMITÊ: COMITÊ INTERGOVERNAMENTAL DE NEGOCIAÇÃO PARA UMA CONVENÇÃO-QUADRO SOBRE MUDANÇAS DO CLIMA.
1992	RIO 92	RIO DE JANEIRO, BRASIL RIO92 / ECO92 - CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO E A CÚPULA DA TERRA MARCO SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MUDANÇA DO CLIMA. 160 GOVERNOS ASSINAM A CONVENÇÃO MARCO SOBRE MUDANÇA CLIMÁTICA. PRIMEIRA GRANDE INICIATIVA DA ONU COM PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO
1995	COP1	BERLIN, ALEMANHA – A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DAS PARTES DA CONVENÇÃO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇA DO CLIMA COMEÇA O PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO DE METAS E PRAZOS PARA A REDUÇÃO DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO, MAS É UM PROCESSO RESTRITO À PAÍSES DESENVOLVIDOS 2º INFORME DE CIENTISTAS EM NÍVEL INTERNACIONAL, IPCC (PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇA CLIMÁTICA) CHEGA A CONCLUSÃO DE QUE OS PRIMEIROS SINAIS DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS SÃO EVIDENTES.
1996	COP2	GENEVA, SUÍÇA – CRIADA OBRIGAÇÕES LEGAIS DE METAS DE REDUÇÃO DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA
1997	COP3	KYOTO, JAPÃO – ASSINADO O PROTOCOLO DE KYOTO (KP), COM METAS DE REDUÇÃO PARA GASES DE EFEITO ESTUFA PARA OS PAÍSES DESENVOLVIDOS
1998	COP4	BUENOS AIRES, ARGENTINA – CRIADO UM PROGRAMA DE METAS REFERENTE OS IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E ALTERNATIVAS DE COMPENSAÇÃO
1999	COP5	BONN, ALEMANHA – NOVOS TEMAS, USO DA TERRA E FLORESTAS, E IMPACTO DAS ATIVIDADES HUMANAS NA REDUÇÃO DAS EMISSÕES
2000	COP6	HAIA, HOLANDA – DEBATE SOBRE MECANISMOS DE DESENVOLVIMENTO LIMPO, METAS DE EMISSÃO E OUTROS LIMITES.
2001	COP7	MARRAQUESH, MARROCOS – LIMITA O USO DE CRÉDITOS DE CARBONO GERADOS DE PROJETOS FLORESTAIS DO MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO LIMPO E CRIA OS FUNDOS DE AJUDA PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO.
2002	COP8	NOVA DÉLI, ÍNDIA – INÍCIO DAS DISCUSSÕES SOBRE FONTES RENOVÁVEIS NA MATRIZ ENERGÉTICA. ADESÃO DA INICIATIVA PRIVADA E DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS AO PROTOCOLO KYOTO.
2003	COP9	MILÃO, ITÁLIA – ESTABELECE REGRAS PARA PROJETOS DE REFLORESTAMENTO, PARA OBTENÇÃO DE CRÉDITOS DE CARBONO.
2004	COP10	BUENOS AIRES, ARGENTINA – APROVADA AS REGRAS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROTOCOLO DE KYOTO
2005	COP11	MONTREAL, CANADÁ – INSTITUIÇÕES EUROPEIAS DEFENDEM A REDUÇÃO DE EMISSÕES ATÉ 2030, DE 20% A 30%, E 60% A 80% ATÉ 2050.
2006	COP12	NAIRÓBI, QUÊNIA – ESTABELECIMENTO DE REGRAS PARA O FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE ADAPTAÇÃO EM PAÍSES POBRES. GOVERNO BRASILEIRO PROPÕE CRIAÇÃO DE UM MECANISMO PARA A REDUÇÃO DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA PARA A REDUÇÃO DE DESMATAMENTOS EM PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO.

2007	COP13	BALI, INDONÉSIA – ATÉ 2009, PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO TERIAM QUE DEFINIR METAS DE REDUÇÃO DE EMISSÕES ORIUNDAS DO DESMATEMTO. APROVADA A IMPLEMENTAÇÃO EFETIVA DO FUNDO DE ADAPTAÇÃO, PARA PAÍSES MAIS VULNERÁVEIS À MUDANÇA DO CLIMA. DIRETRIZES PARA FINANCIAMENTO E FORNECIMENTO DE TECNOLOGIAS LIMPAS PARA PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO
2008	COP14	POZNAN, POLÔNIA – PRIMEIRA DISCUSSÃO SOBRE UM ACORDO CLIMÁTICO GLOBAL.
2009	COP15	COPENHAGUE, DINAMARCA – CONSOLIDAÇÃO DO TEMA CLIMÁTICO NAS AGENDAS PÚBLICAS, CORPORATIVA E DA SOCIEDADE CIVIL. ACORDADO UMA META DE LIMITAR AO MÁXIMO DE 2°C O AUMENTO DA TEMPERATURA MÉDIA GLOBAL. O ENCONTRO ERA CONSIDERADO O MAIS IMPORTANTE DA HISTÓRIA RECENTE DOS ACORDOS MULTILATERAIS AMBIENTAIS MAS NÃO ATENDEU ÀS EXPECTATIVAS.
2010	COP16	CANCÚN, MÉXICO – CRIAÇÃO DO FUNDO VERDE DO CLIMA. BRASIL ANUNCIA A REGULAMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA.
2011	COP17	DURBAN, ÁFRICA DO SUL – PAÍSES SE COMPROMETEM CONTER O AUMENTO DA TEMPERATURA N9 MUNDO, LIMITADA EM 2°C.
2012	COP18	– DOHA, CATAR – AMPLIAÇÃO DO PRAZO DO PROTOCOLO DE KYOTO.
2013	COP19	VARSÓVIA, POLÔNIA – BRASIL DEFENDE ESTABELECE UM NOVO ORDENAMENTO FINANCEIRO INTERNACIONAL BASEADO EM UMA ECONOMIA DE BAIXO CARBONO.
2014	COP20	LIMA, PERU - "RASCUNHO ZERO", APRESENTA OS ELEMENTOS BÁSICOS PARA O ACORDO DE PARIS.
2015	COP21	PARIS, FRANÇA – ASSINATURA DO ACORDO DE PARIS, COMPROMISSO DE ESTABILIZAR O AQUECIMENTO GLOBAL, A UM AUMENTO MÁXIMO DE 1,5°C.
2016	COP22	MARRAKECH, MARROCOS – DEBATE SOBE AS REGRAS DE IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO DE PARIS,
2017	COP23	BONN, ALEMANHA – DIRETRIZES PARA AS QUESTÕES DE TRANSPARÊNCIA, FINANCIAMENTO, ADAPTAÇÃO E TECNOLOGIA
2018	COP24	KATOWIC, POLÔNIA - DIRETRIZES PARA AS QUESTÕES DE TRANSPARÊNCIA, FINANCIAMENTO, ADAPTAÇÃO E TECNOLOGIA
2019	COP25	MADRI, ESPANHA – S FECHOU ACORDO SOBRE MERCADO DE CARBONO
2021	COP26	GLASGOW, ESCÓCIA – MERCADO DE CARBONO PASSA A SER REGULADO. ANUNCIADOS ACORDOS COMO A REDUÇÃO DE EMISSÕES DE METANO EM 30% ATÉ 2030. IMPORTANTE PORQUE AVANÇOU EM TEMAS CRUCIAIS CONTRA O AQUECIMENTO DO PLANETA. REINO UNIDO: 565 MILHÕES DE LIBRAS PARA A AGRICULTURA SUSTENTÁVEL E REFLORESTAMENTO; CANADÁ: 5,3 BILHÕES DE DÓLARES CONTRA O AQUECIMENTO E QUE 80% A PROJETOS QUE RESPEITEM A IGUALDADE DE GÊNERO; ÍNDIA: 2070 ZERAR AS EMISSÕES DE CARBONO; BRASIL: 50% MENOS POLUIÇÃO POR CO ² AT 2030, E NEUTRALIDADE ATÉ 2050; COLÔMBIA: 2030 É DATA LIMITE PARA O FIM DO DESMATEMTO ILEGAL NO VIZINHO ANDINO; ESTADOS UNIDOS: 50% ATÉ 2030 DE REDUÇÃO NAS EMISSÕES DE GEE.
2022	COP27	CAIRO, EGITO – CRIAÇÃO DE UM FUNDO E PERDAS E DANOS, COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PARA PAÍSES MAIS POBRES E VULNERÁVEIS AO CLIMA, MECANISMO
2023	COP28	DUBAI, EMIRADOS ÁRABES UNIDOS - O QUE SE ESPERA É A CONCLUSÃO DO PRIMEIRO BALANÇO GLOBAL DO ACORDO DE PARIS. PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DO PROGRESSO DOS PAÍSES QUANTO A MITIGAÇÃO, ADAPTAÇÃO, FINANCIAMENTO E TRANSPARÊNCIA DE TECNOLOGIA. PRAZO FINAL PARA DEFINIÇÃO DEU M META GLOBAL DE ADAPTAÇÃO E ESTRATÉGIAS PARA ALCANÇÁ-LAS.

Fontes: blog.planalto.gov.br 2023 e <https://www.politize.com.br/historia-das-conferencia-das-nacoes-unidas-sobre-mudancas-climaticas/>

O Protocolo de Kyoto foi o primeiro conjunto de metas de redução de gases responsáveis pelo efeito estufa adotado mundialmente. Na 18ª Conferência das Partes (COP18) na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, Cúpula de Doha, chegam ao acordo de prorrogar a validade do Protocolo de Kyoto até 2020.

Em 2015, em Paris, foi negociado o acordo que sucedeu o Protocolo de Kyoto (sigla em inglês, KP), para um novo acordo climático global e aprovação da sua segunda fase, que entrou em vigor em 2020.

MITIGAÇÃO, ADAPTAÇÃO, E AS NDCS

Segundo ativistas e acadêmicos em audiência na Câmara dos Deputados, em outubro de 2023, o Brasil está atrasado na mitigação dos efeitos climáticos. Na oportunidade defenderam que o país privilegie políticas para os povos tradicionais e redução do desmatamento. Segundo eles a crise climática afeta a vida diária dos povos indígenas, e as políticas de adaptação climática realizadas no país ainda são segregacionistas. Durante a reunião, foram mencionadas as recentes ondas de calor, em pleno inverno, efeito nocivo das mudanças climáticas provocados pelo atual modelo de desenvolvimento econômico. (Fonte: <https://www.camara.leg.br/>)

O governo brasileiro já retomou o nível de ambição dos compromissos do Brasil junto ao Acordo de Paris, que havia sido alterado pelo governo anterior, elevando a projeção de redução das emissões de gases e efeito estufa (GEE) para 48% até 2025 e para 53% até 2030, na comparação com os níveis de 2005, anúncio feito na Assembleia Geral da ONU, segundo a agência gov, de 20 de setembro de 2023. Mas, para que o país se coloque efetivamente

como uma liderança climática global, é preciso ir além, buscar discutir os caminhos para uma estratégia nacional de mitigação e planos setoriais que reduzam as emissões de GEE, com instrumentos e mecanismos de financiamento que garantam sua credibilidade, transparência e efetividade para uma transição econômica e ecológica em benefício da sociedade brasileira. (Fonte: <https://www.climabrasil.org.br/> e (<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/>)

Desde o lançamento do Plano Nacional de Adaptação, em 2016, e uma interrupção na implementação de políticas federais que pode ter custado inestimáveis prejuízos ao país, somente agora foi retomado o esforço de fortalecimento da agenda nacional de adaptação do Brasil. No âmbito do Plano Clima, serão revisados a Estratégia Geral e os planos setoriais de Adaptação, com o propósito de reduzir a vulnerabilidade aos impactos climáticos, promover a capacidade adaptativa e de resiliência e mobilizar os atores do setor público, do setor privado e da sociedade civil. (Fonte: <https://www.climabrasil.org.br/>)

A Mitigação refere-se às causas das mudanças climáticas, à redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) para evitar e ou reduzir os impactos das mudanças climáticas. Já a adaptação refere-se aos seus efeitos, procura minimizar os efeitos danosos e a encontrar possíveis medidas para se adaptar e mobilizar.

ADAPTAÇÃO



REFLORESTAMENTO



PLANTIO VARIADOS



TRANSPORTE/MOBILIDADE COMO TRENS



CIDADES, PROTEÇÃO A INFRAESTRUTURAS



ÁGUA E SAÚDE PÚBLICA



VOZ DE POVOS INDÍGENAS

MITIGAÇÃO



REDUÇÃO DE GASES DE EFEITO ESTUFA



CAPTURE DE CARBONO



EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E USO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS



TRANSPORTE MOBILIDADE SUSTENTÁVEL



PARTICIPAÇÃO DOS POVOS ENVOLVIDOS NAS DISCUSSÕES

NDCS - NOSSA CONTRIBUIÇÃO PARA AS METAS DE REDUÇÃO DE EMISSÕES DO BRASIL

O Acordo de Paris foi assinado em 2015 e tem como objetivo principal não permitir que o planeta se aqueça além de 1,5°C até o final do século 21. Cada país signatário estabeleceu metas de redução de emissão de gases de efeito estufa

(GEE), chamadas de Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês).

A NDC brasileira de 2015 estabelece que o **Brasil deve reduzir as suas emissões em 37% até 2025 e 43% até 2030**, em relação às emissões de 2005. Além disso, em 2021, o Brasil ainda se comprometeu a **ampliar sua ambição**

para 50% de redução até 2030 e alcançar emissões líquidas neutras até 2050, ou seja, tudo que o país emitir deverá ser compensado com fontes de captura de carbono, como plantio de florestas, recuperação de biomas ou outras tecnologias. <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel>).

CÚPULA DOS PAÍSES AMAZÔNICOS

ELABORANDO PROPOSTA PARA A COP 28

A *Amazônia Legal* foi instituída com o objetivo de promover o desenvolvimento inclusivo e sustentável de sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional.

Área da Amazônia abrange nove países: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela



Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51377232>



**JOSÉ FRANCISCO
PANTOJA PEREIRA**

Secretário Nacional
de Meio Ambiente
e Desenvolvimento
Sustentável

No Brasil, a Amazônia Legal (criada em 1996) inclui dez (10) estados: Amazonas, Acre, Amapá, Goiás, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima, e Tocantins



Fonte: <https://www.wicv.org.br/estudos/area-da-amazonia-legal-atingida-pelo-fogo-em-2022-equivale-a-quase-2-vezes-o-territorio-de-sergipe/>

A Cúpula dos Países Amazônicos aconteceu nos dias 08 e 09 de agosto em Belém, no Pará (Brasil). Um documento denominado Declaração de Belém, é o principal legado da Cúpula da Amazônia. Foi dividido em 11 tópicos que reúnem 113 pontos. Nele figuram grandes temas como Economia para o Desenvolvimento Sustentável, Mudança do Clima, e Cooperação policial, judicial e de inteligência no combate a atividades ilícitas como crimes ambientais, sob os quais se encontram aspectos importantes como a bioeconomia, a exploração de petróleo na região e os direitos dos povos indígenas.

Este documento sinaliza, tam-

bém, com alertas importantes e consensos assumidos pelos países da região. Dando continuidade ao caminho de integração da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), ficou acertada a criação de diversas instâncias de fiscalização comum dentro da perspectiva de fortalecer a (OTCA). Os presidentes dos países acordaram em cobrar dos países desenvolvidos o pagamento dos recursos para mitigar o impacto da mudança do clima. Foi proposto, entre outras coisas, a criação de uma Aliança Amazônica de Combate ao Desmatamento; fundo público-privado para financiar maiores ambições na redução do desmatamento e degradação em

nível jurisdicional das florestas públicas; integração de ações, conhecimentos e dados entre cientistas dos países; cooperação regional no combate ao desmatamento, evitar que a Amazônia atinja o ponto de não retorno e um plano de trabalho sobre bioeconomia.

Com isso sinaliza uma abertura do diálogo com outros países que possuem grandes florestas tropicais fora da América Latina. Afinal, o planeta e o equilíbrio do clima dependem que essas áreas estejam bem conservadas, sendo grande parte delas em territórios indígenas. Em paralelo, há um chamado para que bancos de desenvolvimento aloquem recursos para negócios sustentáveis.

DIÁLOGOS AMAZÔNICOS PROPOSTA DA SOCIEDADE CIVIL

Durante o primeiro dia da Cúpula da Amazônia, em Belém, os representantes dos oito países amazônicos receberam seis documentos, a partir de representantes da sociedade civil, com demandas para a região. Os documentos foram definidos a partir das discussões feitas durante o evento pré-Cúpula - Diálogos Amazônicos, entre 4 e 6 de agosto, reunindo quase 30 mil pessoas, entre brasileiros e

estrangeiros. Além de eventos organizados pelo governo com participação da sociedade civil, cerca de 400 eventos foram auto organizados, ou seja, estruturados espontaneamente pela participação popular.

Cacique Raoni Metuktire da etnia Caiapó, liderança indígena. Reconhecido internacionalmente por sua luta pela preservação da Amazônia e dos povos originários.



Neste evento foram elaboradas as contribuições que serviram de base para a **Declaração de Belém**, e foram entregues aos presidentes. As contribuições tiveram as participações dos Povos Indígenas, Comunidades Locais, Sociedade Civil, Redes visando uma Pan-Amazônia unida, próspera, justa, inclusiva e sustentável. São as seguintes propostas:

Fortalecer a Governança Pan-Amazônica: Criar, dentro da estrutura da OTCA, um Conselho Consultivo que permita a efetiva participação social dos povos indígenas, comunidades tradicionais e quilombolas, redes e sociedade civil.

Proteger os Defensores do Meio Ambiente: Exigir dos governos pan-amazônicos a implementação da proteção individual e coletiva, material e imaterial, com base em políticas públicas construídas de forma participativa, com orçamentos suficientes e espaços vinculantes em nível nacional e regional. Pedimos aos países que ainda não ratificaram o Acordo de Escazú que o façam o quanto antes.

Garantir a segurança jurídica dos territórios: Assegurar a intangibilidade das reservas territoriais dos povos indígenas isolados; garantir a titulação dos territórios dos povos indígenas, comunidades tradicionais e quilombolas; a gestão efetiva de áreas naturais protegidas e áreas conservadas, rejeitando conjuntamente propostas legislativas que ameacem sua integridade, bem como combatendo frontalmente o avanço de economias ilegais.

Garantir a consulta prévia, livre e informada: Garantir a consulta prévia, livre e informada na preparação e implementação de planos de desenvolvimento, adaptação e mitigação das mudanças do clima, bem como nos mecanismos financeiros, incluindo projetos de carbono. Assim como a regulamentação da Convenção 169, da OIT, para sua implementação obrigatória nos países que ainda não o fizeram.

Promover a bioeconomia amazônica: Garantir que as propostas de bioeconomia não reproduzam modelos de agronegócio convencional ou economia mercantil. A bioeconomia amazônica deve ser baseada na vida e no bem-estar social, de forma circular e integral, em que se desenvolvam cadeias de valor priorizando equidade, inclusão, capacitação, inovação, pesquisa, mercados justos e rastreabilidade.

Investir na transição econômica e energética: Criar um programa regional com metas ambiciosas de transição para uma economia de baixo carbono e uma transição energética justa e inclusiva com a obrigatoriedade da participação efetiva dos povos indígenas, comunidades tradicionais e quilombolas, sociedade civil organizada e governos subnacionais.

Investir na conectividade amazônica sustentável: Priorizar a acessibilidade à conectividade de internet, comunicações e transporte sustentável, como meio básico para educação, saúde, acesso a mercados internos, dentro e entre nossos países, bem como internacionalmente.

Assegurar saúde e educação integral: Assegurar um sistema diferenciado de saúde (física e emocional) e educação para os povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, considerando as necessidades e especificidades de atenção em seus territórios e no contexto urbano.

Evitar o ponto sem retorno: Garantir pelo menos 80% de proteção territorial efetiva para evitar o ponto sem retorno. Como mecanismo fundamental, deve-se garantir uma gestão integral do território dentro das terras indígenas, comunidades tradicionais e quilombolas, áreas naturais protegidas e outras medidas efetivas de conservação e cidades, priorizando incentivos para as comunidades que o conserva.

Fortalecer os sistemas de monitoramento regional: Fortalecer o Observatório Regional da Amazônia (ORA) da OTCA, gerando um sistema de indicadores-chave, com acesso público à informação e transparência nas fontes de dados, incluindo aqueles fornecidos por governos subnacionais, sociedade civil organizada, povos indígenas, comunidades tradicionais e quilombolas, para apoiar o planejamento, a tomada de decisões e o desenvolvimento de políticas públicas.

(Fonte: <https://fas-amazonia.org/na-cupula-sociedade-civil-entrega-carta-aos-presidentes-da-pan-amazonia/>)

Outros pontos de extrema relevância também foram apontados:

Saúde, soberania e segurança alimentar

Relatório 1: “Saúde, soberania e segurança alimentar e nutricional na região amazônica: ações emergenciais e políticas estruturantes”.

Principais pontos:

- > Implementar política responsável de produção e distribuição de alimentos, considerando diferenças culturais, étnico/raciais e de gênero;
- > Avançar na regularização fundiária que garanta os direitos aos territórios das populações indígenas, quilombolas e tradicionais, além dos agricultores familiares;
- > Pensar políticas públicas que fortaleçam a produção existente, como também o abastecimento de quem tem tido dificuldade de acesso a alimentação;
- > Enfrentar o racismo ambiental também respeitando as estratégias de produção e organização das mulheres, pela potencialização do acesso a terra e a defesa do território.

Preservação

Relatório 2: “Como pensar a Amazônia para o futuro a partir da ciência, tecnologia, inovação, pesquisa acadêmica e transição energética”.

Principais pontos:

- > Avançar na gestão de uma política integrada do solo que seja sensível à água como um dos fatores essenciais à vida e à produção;
- > Favorecer a mobilização de recursos voltados à produção de ciência, conhecimento e tecnologia a partir da Amazônia e em diálogo com o conhecimento dos povos que aqui vivem;
- > Países membros da OTCA devem assumir o compromisso de preservar ao menos 80% da Amazônia até 2025;
- > Eliminar a mineração ilegal e o uso de mercúrio até 2027;
- > Proibir a mineração de ouro na Amazônia;
- > Fechar os mercados ilegais de mercúrio, ouro e outros produtos.

Mudança do clima e agroecologia

Relatório 3: “Mudança do clima, agroecologia e as sociobioeconomias da Amazônia: manejo sustentável e os novos modelos de produção para o desenvolvimento regional”.

Principais pontos:

- > Declarar emergência climática na Pan-Amazônia e construir um Plano Estratégico Regional de Ação Emergencial para a Amazônia;
- > Adotar medidas urgentes para a preservação e o equilíbrio da floresta, evitando o ponto de não-retorno e garantir a preservação de pelo menos 80% do bioma até 2025;
- > Construir um plano de eliminação do desmatamento ilegal, degradação e contaminação até 2025, e de um plano similar para o desmatamento legal até 2027;
- > Recuperar as florestas degradadas com sistemas agroflorestais, com predominância de espécies amazônicas;
- > Investir na restauração florestal (biocultural) considerando seus agentes sociais no território;
- > Promover integração e sinergia entre as unidades de conservação existentes;
- > Desenvolver acordos de cooperação e ações transfronteiriças de combate às práticas predatórias que contribuem para a expansão dos incêndios, do desmatamento e da contaminação.

Povos originários da Amazônia

Relatório 4: “Os povos indígenas das Amazônias: um novo projeto inclusivo para a região”.

Principais pontos:

- > Rejeição da tese do marco temporal e consolidação de salvaguardas jurídicas para que novas propostas dessa natureza não possam ser retomadas;
- > Políticas públicas de saúde e educação escolar intercultural e de qualidade;
- > Revisão de legislações que contemplem os indígenas que vivem em contextos urbanos, no que tange às políticas educacionais, culturais e de saúde específicas;
- > Políticas de valorização e fortalecimento das línguas indígenas, com a cooficialização das línguas indígenas;
- > Criação de universidades Indígenas, bem como incorporação de ciência e história indígena nos currículos universitários;
- > Demarcação de todos os territórios indígenas e titulação dos territórios quilombolas reivindicados até 2025.

Racismo

Relatório 5: Amazônias Negras: Racismo Ambiental, Povos e Comunidades Tradicionais.

Principais pontos:

- > Promover economia produtiva para combater a desigualdade e a pobreza entre a população afro que ocupa os países da região amazônica;
- > Enfrentar, em conjunto com as comunidades afrodescendentes, os desafios de construir diplomacia real e concreta para promover interesses e direitos;
- > Assumir o enfrentamento ao racismo ambiental como tema central na Cúpula da Amazônia e na COP 30;
- > Criar Comitê de Monitoramento da Amazônia Negra para, entre outros pontos, debater encarceramento da juventude negra e incentivar as ações antirracistas em instituições de ensino;
- > Ampliar políticas de promoção da igualdade racial;
- > Titular comunidades quilombolas.

UGT-Pará nos Diálogos Amazônicos

É com muita alegria que convidamos todos e todas para participar ativamente desse momento histórico. Vamos escrever uma nova história para Amazônia e todo o mundo. Em nome de nosso secretário Nacional do Meio Ambiente, companheiro Zé Francisco, convoco cada ugetista para juntos sermos protagonistas dessa nova era. Viva a UGT-PARÁ! Viva a Amazônia! Viva os trabalhadores!

Ivan Duarte Pereira
Presidente da UGT-PARÁ

Dia 04/08	
09h às 12h Hangar	Atividades do conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (Conselho)
16h às 19h Hangar	Plenária I - A participação e a proteção dos territórios, dos direitos da sociedade civil e dos povos das florestas e das águas no desenvolvimento sustentável da Amazônia. Erradicação do trabalho escravo no território.
19h às 21h30 Hangar	Abertura Oficial
Dia 05/08	
08h às 09h Fetracom	Café da manhã Sindical
09h às 11h Fetracom	Roda de Conversa - Políticas Antirracistas e Sustentabilidade na Amazônia: a importância dos ODS, novas práticas sustentáveis para o desenvolvimento regional.
17h às 20h Hangar	Plenária III - Como pensar e agir na Amazônia para o futuro: a partir da ciência, tecnologia, inovação e pesquisa acadêmica e transição energética.
Dia 06/08	
09h às 12h Hangar	Plenária IV - Mudança do clima, agroecologia e as socio bioeconomias da Amazônia: Manejo sustentável e os novos modelos de produção para o desenvolvimento regional.
17h às 20h Hangar	Plenária V - Os povos indígenas das Amazônias: um novo projeto inclusivo para a região.
Programação Plenárias Transversais	
13h às 16h Hangar	Dia 04/08 - Mulheres da Pan-Amazônia - Direitos, Corpos e Território por Justiça Socioambiental e Climática Dia 05/08 - Juventudes Dia 06/08 - Amazônias Negras: Racismo Ambiental, Povos e Comunidades Tradicionais.

UGT participa dos Diálogos Amazônicos, realizados de 4 a 6 de agosto de 2023.

COP 28

EXPECTATIVAS E DESAFIOS

A COP 28, que será realizada em Dubai, é aguardada com a expectativa de que resultará em ações mais concretas do que as observadas na COP 27. Três temas emergiram como fundamentais para a agenda: a Avaliação Global (Global Stocktake) sobre o progresso dos países membros na implementação do Acordo de Paris, a formulação de estratégias de adaptação climática e a elaboração de um Programa de Trabalho voltado à mitigação dos

impactos climáticos.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, enfatizou a importância de abordar a desigualdade juntamente com a crise climática, afirmando: *“Se não discutirmos a desigualdade com igual prioridade à questão climática, podemos ter um clima muito bom e o povo morrendo de fome em vários países”*.

O Brasil desempenha um papel crucial na COP 28, particular-



mente devido à importância estratégica da Floresta Amazônica. Também é um exemplo notável de transição energética que pode ser seguido por outros países.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

As mudanças climáticas são, segundo as Nações Unidas, transformações significativas nos padrões de temperatura e clima do planeta ao longo do tempo. Essas mudanças podem ser naturais, como por meio de variações no ciclo solar, mas estão sendo impulsionadas pelas atividades humanas, como queima de combustíveis fósseis e emissões de gases de efeito estufa (GEE).



JOSÉ FRANCISCO PANTOJA PEREIRA
Secretário Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

A temperatura do planeta sempre esteve em constante variação, tendo em vista as variações do ciclo solar. Mas, o que acendeu o alerta foi a observação de cientistas de que a temperatura média da terra tem aumentado de forma mais rápida do que o esperado nos últimos 200 anos.

As mudanças climáticas impactam o planeta, causando vários prejuízos à humanidade e ao meio ambiente, como por exemplo: perdas de vidas humanas, caos na economia, agricultura, saúde, além de afetar todos os ecossistemas. (Goshua, 2021; Setzer; Higham, 2021).

Nosso planeta é um lugar complexo, composto por inúmeros sistemas diferentes que estão interligados, inter-relacionados e interdependentes. Isto significa que qualquer mudança em algum ponto poderá refletir em outro, e uma pequena mudança em uma parte do sistema climático pode provocar efeitos em várias partes do planeta. Ações como a queima de combustíveis fósseis (carvão, petróleo

ou gás), desmatamento, lançamos na atmosfera mais gases de efeito estufa (como dióxido de carbono, óxido nítrico e metano), e as consequências sobre o clima vem afetando as nossas vidas, afetando os ciclos daquilo que dependemos, clima, água, alimento, energia.

O Relatório Síntese do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), apresentado em março (2023), alertou o mundo sobre possíveis tragédias relacionadas ao clima e a imprevisibilidade se nada for feito. Para Paulo Artaxo, professor da USP, o relatório colocou de forma “muito urgente a necessidade de uma ação pelos governos, empresas e sociedade como um todo”.

Segundo Mercedes Bustamante, presidente da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), “estamos mal preparados para enfrentar as ameaças climáticas. Nossa capacidade de adaptação já está esgotada e nossos esforços não são mais suficientes”.

MERCADO DE CARBONO

COMO FUNCIONA O CRÉDITO DE CARBONO?

Desde que a poluição, a degradação ambiental e as mudanças climáticas começaram a surgir como indicativo de que, algo ia

mal na nossa relação com o planeta, muitos órgãos e instituições começaram a promover encontros que resultaram em acordos e com-

promissos para minimizar os impactos causados. E foi justamente em meio a esse cenário que surgiu o conceito de crédito de carbono!



COMO SURTIU O MERCADO DE CRÉDITO DE CARBONO?

O Protocolo de Kyoto, ganhou relevância com a discussão a respeito da emissão de gases de efeito estufa na atmosfera. Foi o primeiro tratado internacional direcionado especificamente ao assunto e teve como objetivo principal buscar uma conscientização mundial a respeito dos problemas ambientais atrelados às mudanças climáticas.

O próprio documento previu que muitas nações não conseguiriam alcançar as metas de redução, e foi por essa razão que foram criados mecanismos de flexibilização — o que ajudaria esses países a atingirem as suas metas.

Um desses mecanismos, o

Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), é o que chamamos de “comércio de emissões de carbono”. Nele, se destacou a diferença econômica entre os países e a previsão de que os mais desenvolvidos que não conseguissem chegar à meta de redução poderiam realizar a chamada “**compra de créditos de carbono**”, com o propósito de realizar uma espécie de “débito” das suas emissões.

A lógica desse mecanismo é que as emissões evitadas funcionariam como uma espécie de compensação daquelas realizadas. Por meio do MDL, as nações e empresas que estão comprometidas com a redução da emissão

de gases do efeito estufa, como o carbono, podem adotar a medida do crédito de carbono.

Portanto, o mercado do crédito de carbono pode ser definido como um mecanismo criado em 1997 para tentar estimular os países a não apenas deixarem de emitir gases de efeito estufa na sua cadeia produtiva, mas também a adotarem medidas que revertem os danos por aqueles que, inevitavelmente, os causam.

Surgiu, então, o conceito do “**poluidor pagador**”. Com isso, as nações mais desenvolvidas nesse sentido começaram a gerar os créditos que, hoje, são negociados no mercado de carbono.

O QUE É O CRÉDITO DE CARBONO?

Um crédito de carbono é uma unidade de medida usada para se referir à redução de uma tonelada de CO₂ emitida na atmosfera. Sendo assim, os créditos são contabilizados a partir dos esforços de uma nação em reduzir os danos ambientais provocados pela emissão de gases de efeito estufa em sua cadeia produtiva.

Esses créditos têm um preço de negociação e, por isso, representam um custo hipotético com o qual algumas empresas e nações devem arcar por contribuir com a

poluição ambiental.

Para não ter que pagar pelos gases que emitem, os países podem desenvolver e adotar algumas estratégias para reduzir as suas emissões. Estão incluídas medidas como:

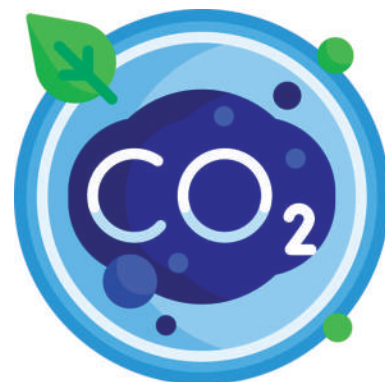
> A redução expressiva dos níveis de desmatamento;

> A conscientização popular e empresarial para o consumo consciente;

> O desenvolvimento de uma matriz energética limpa, usando fontes como a bioenergia;

> Criação de políticas de preservação ambiental e sustentabilidade;

> A criação de uma mobilidade urbana eficiente e sustentável.



CRÉDITO DE CARBONO PARA QUEM?

Essa foi a primeira pergunta formulada pelos povos indígenas que participaram de Seminário proposto pela UGT, e realizado nos dias 23 e 24 de outubro de 2018, na cidade de Palmas, no Tocantins, para debater o tema. A ação climática não pode esquecer os direitos humanos. A humanidade enfrenta um dos maiores desafios, e injustiças, de todos os tempos. A mudança climática tem causado cada vez mais desastres humanitários e desloca milhões de pessoas, além de ameaçar o gozo de uma ampla gama de direitos, como os direitos à água, alimentação, saúde, cultura, desenvolvimento, a um ambiente saudável e à própria vida. Não se pode esquecer as mulheres e homens indígenas, extrativistas, camponeses e outras populações tradicionais que dependem diretamente das florestas para sobrevivência. Que a vida dessas pessoas tem se tornado cada vez mais difícil. Seus territórios têm sido e continuam sendo invadidos e saqueados por madeireiras, empresas em busca de minérios, petróleo, gás e carvão mineral, fazendeiros e empresas que criam gado ou promovem monoculturas para alimentos, mas também para o lucro e hidrelétricas para vender energia. Dessa maneira já se desmatou muito, causando grande destruição.

Muitas pessoas já ouviram falar em crédito de carbono, e sabem que este é um tema necessário por causa das mudanças climáticas, porque estamos tendo mais chuvas, mais secas ou o tempo mais quente. Os promo-



Seminário da UGT, tema: REDD na perspectiva dos povos indígenas

tores desta proposta dizem que parar de desmatar é necessário para que esses problemas sejam amenizados e para preservar o que resta. Dizem, também, que é preciso reflorestar e recuperar as áreas destruídas e dizem, ainda, que a proposta vai beneficiar a comunidade por exemplo, com emprego, dinheiro e/ou projetos sociais. Portanto, desse ponto de vista, trata-se de um mecanismo financeiro que permite a captação de recursos para a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais e para promoção do desenvolvimento sustentável, segundo o que dizem.

Mas não é isso, o que ocorreu no Acre por exemplo, vendido como o exemplo exitoso. Embora a proposta seja apresentada como uma das soluções para se evitar o aquecimento global e as mudanças climáticas, no nosso entender são falsas soluções para a crise climática, porque permite aos países centrais do capitalismo manterem seus padrões de produção, consumo e, portanto, também de poluição. Eles continuarão consumindo energia de fontes que produzem mais e mais emissões de carbono.

Historicamente responsáveis pela criação do problema, agora propõem a “solução” que mais atende a seus interesses. Possibilitando a compra do “direito de poluir”, mecanismos como esse forçam as denominadas “populações tradicionais” (ribeirinhos, indígenas, quilombolas etc.) a **renunciarem a autonomia na gestão de seus territórios**. Com isso, embaralham-se os papéis. **Para o capitalismo, civilização mais predadora da história da humanidade, não representaria nenhum problema**. Ao contrário, seria a solução. Os destruidores seriam agora os grandes defensores da natureza.

Contradições: Empresas que poluem, no Canadá, podem “compensar” essa poluição financiando “florestas em pé” e evitando o desmatamento em outros lugares como o Brasil, República Democrática do Congo ou ainda na Indonésia. Essas empresas afetam profundamente a vida das comunidades indígenas canadenses. A solução para isso seria parar com essa exploração e poluição lá. Mas não é isso que a proposta propõe, ao contrário.

A PERSPECTIVA DOS POVOS INDÍGENAS

PRINCIPAIS PREOCUPAÇÕES

Para os povos originários, a Consulta Pública conforme determina a Convenção 169, da OIT(Organização Internacional do Trabalho), tem sido insuficiente e questionável. Isto acarreta uma violação ou uma não conformidade com a Convenção. A Consulta é

um processo de diálogo entre os governos e povos com o objetivo de se obter um acordo através do consenso. A consulta é: responsabilidade do Estado, mas um compromisso de todos e fundamental para uma democracia inclusiva e para uma boa governança. Instru-

mento para a construção de uma sociedade plural.

Esses contratos de créditos de carbono, também, interferem na gestão territorial e ambiental e podem ainda facilitar atos de biopirataria. Além desses males podemos pontuar a seguir que:

1

Trata-se de uma proposta que vem de fora e de “cima para baixo”, ou seja não vem de nenhuma comunidade, de nenhum povo que vive ou depende da floresta;

2

Uma proposta que implica restrições e proibições para as comunidades;

3

Ameaça à soberania alimentar: uma das atividades que sempre se costuma restringir é fazer roça na mata, uma atividade essencial para a grande maioria das comunidades. Proibir os indígenas de produzir seu próprio alimento do seu modo, não só desrespeita seus costumes e conhecimento tradicional, mas ameaça sua sobrevivência e soberania alimentar e o que dão em troca pela preservação não chega a atender as necessidades mínimas e básicas;

4

Significa ter controle sobre o território: os que promovem esta proposta querem ter o controle sobre a área do projeto, porque precisam comprovar, para aqueles que os financiam, que o desmatamento na área foi reduzido e que o “suposto perigo” considerado por eles como proporcionado pela comunidade foi controlado;

5

Costuma criar divisão na comunidade: para ganhar o apoio da comunidade e evitar que ela continue usando a floresta como antes, costumam oferecer algo em troca, por exemplo, emprego, dinheiro ou financiamento para um projeto social. Um exemplo, costumam empregar pessoas da própria comunidade como uma solução para os impactos criados, para que sejam guardas florestais, temporariamente, com a tarefa de vigiar também, outros membros da comunidade para ver se estão contrariando as regras.

6

Não ajuda a resolver problemas comuns da comunidade: não vem resolver problemas comuns em muitas comunidades, como a falta de reconhecimento dos direitos sobre o território ou problemas nos serviços de saúde, alimentação, educação, transporte, comercialização da produção comunitária. Ou seja, impõe restrições às pessoas, beneficia poucos e não resolve os principais problemas;

7

Ameaça a permanência da comunidade: comunidades que vivem numa área escolhida são vistas como um “problema”. Elas são convencidas de que precisam preservar a floresta, mudar seu modo de vida. Mas cuidar da mata é exatamente algo que já sabem fazer e sempre fizeram e não precisam de “aulas” sobre esse tema;

8

O projeto não vai evitar a destruição da mata: Fora desse espaço continuará dando lugar à mineração, à exploração de petróleo, grandes hidrelétricas, monoculturas, pasto, etc. Muitas vezes os indígenas se perguntam: porque não tentam evitar esse desmatamento?

E quem financia? São governos, indústrias poluidoras que querem mostrar que “compensam” de alguma forma, sua poluição em outro lugar. O que talvez seja difícil ou até impossível de entender é como empresas poluidoras podem afirmar que evitando o desmatamento num lugar daria a elas a permissão de continuarem poluindo ou destruindo num outro lugar?

A melhor forma de cuidar da floresta é garantir aos povos da floresta seus direitos territoriais e de usufruto, além de contribuir com suas formas de conservação e manejo do território. **Se é para resolver mesmo o problema é preciso enfrentar as causas diretas** que são as práticas de mineração, construção de grandes hidrelétricas, estradas, de plantios de monoculturas e outras atividades destruidoras.

Alertas para as falsas soluções

São vários os mitos que acenam para soluções:

Mito da redução.

Enquanto certificados emitidos pelo projeto permitem emissões em outro lugar, não há redução em termos absoluto;

Mito da onipotência da ciência e tecnologia.

Ideia de que para qualquer problema causado pela tecnologia haverá uma solução tecnológica. Tendência de desconsiderar o princípio da precaução. Tendência de reduzir crises sociais, ambientais e climáticas à problemas técnicos;

Mito da substituíbilidade de danos ambientais.

Ideia de que um dano a natureza em um lugar poderia ser justificado pela prevenção de outro dano em outro lugar;

Mito da adicionalidade.

Narrativa que comprova o cenário “positivo” de um projeto desta natureza com cenário hipotético “negativo”, que teria acontecido se o projeto não tivesse sido implementado. A diferença entre os dois cenários deve evidenciar que o projeto de fato evitou emissões ou preservou um determinado serviço ambiental;

Mito da equivalência entre carbono florestal e carbono fóssil.

Carbono florestal-carbono ativo, que circula entre florestas e atmosfera e oceanos; cíclico: liberado e novamente fixado. Carbono fóssil=encapsulado pela natureza em depósitos naturais no subsolo; não cíclico: uma vez liberado não volta para o subsolo.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Garantir o direito de todos e cada um dos habitantes do planeta aos recursos e serviços básicos é o principal desafio da construção de um mundo sustentável. Fazê-lo, ademais, de um modo responsável conosco e com o resto das espécies, garantindo os direitos das gerações futuras e sem extrapolar a capacidade do uso dos recursos naturais da Terra é uma obrigação iniludível. O desafio é ainda importantíssimo.



AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Nas últimas décadas a agricultura familiar deu um grande salto e hoje representa mais de 70% dos alimentos produzidos e consumidos no Brasil. É o setor que promove uma relação mais harmoniosa entre homem e natureza, produz alimentos diversificados e conjuga as intenções de desenvolvimento agrícola com o respeito à natureza, às culturas locais e conservação da biodiversidade.

Os sistemas agroflorestais são realizados pelos povos indígenas e agricultores familiares, utilizados como complementação econômica e alimentar. As práticas agroflorestais podem retardar

ou reverter a degradação do solo, aumentar sua fertilidade, sequestrar carbono e garantir subsistência por meio do fornecimento de benefícios ecológicos e econômicos. Consideradas em conjunto com a diversidade de opções econômicas da família, essas práticas de manejo ambiental conferem maior resiliência ao agroecossistema, fato já comprovado, inclusive em períodos prolongados de seca. Esse padrão de gestão da paisagem agrícola baseado em ciclos biogeoquímicos, acionados pela fotossíntese, contribui para a redução das taxas de emissão de gases de efeito estufa.

Portanto, tais resultados demonstram a possibilidade de conciliação entre as práticas de intensificação agrícola e as estratégias de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

É possível o país aumentar a produção de alimentos sem desmatar mais?

A agricultura e a pecuária no Brasil não dependem da abertura de novas áreas para crescerem. Um estudo coordenado pela USP mostra que a produção de alimentos pode dobrar se as áreas hoje ocupadas com pecuária de baixa produtividade forem melhor aproveitadas. Segundo o estudo, o Brasil tem 61 milhões de hectares de terras com alta aptidão agrícola ocupados por pastagem, que poderiam ser convertidos para produção agrícola. A média de ocupação dos pastos é de 1,1 boi por hectare, se aumentado para 1,5 seria possível economizar 69 milhões de hectares, o que equivale a área ocupada hoje pela agricultura no País.



ÁGUA

O stress da água que sofrem numerosas regiões, nos obriga a entender e respeitar os ciclos da água e a procurar soluções a longo prazo. A extensão de uma agricultura baseada no uso intensivo dos agroquímicos, organismos geneticamente modificados (OGMs) e água não parece solucionar o problema da fome no mundo e está causando graves problemas ambientais e sociais. A mudança climática cria uma espiral de impactos na disponibilidade da água e na produção dos alimentos que é fundamentalmente sofrido pelos

trabalhadores agrícolas. Lutamos por acesso universal e temos que fazê-lo de outro jeito, radicalmente diferente, reconhecendo os limites dos recursos do planeta. Por outro lado, nas últimas décadas a guinada da economia para uma maior desregulação faz que estes serviços básicos sejam submetidos a fortes pressões especulativas, de mercantilização e financeirização.

Nos países nos quais os serviços básicos (água, energia, saneamento básico) foram privatizados, vimos uma redução de qualidade, condições de trabalho precárias



-causado entre outros fatores pela terceirização das cadeias de produção - e exclusão de critérios de sustentabilidade nas formas de produção e gestão, o que levou a maiores níveis de desigualdade e crescimento da contaminação e impacto ambiental.

Existe alguma relação entre o desmatamento e a falta de água?

As florestas são fundamentais para assegurar o equilíbrio do clima e parte vital do ciclo da água. Sem floresta não tem água. As árvores da floresta amazônica, por exemplo, bombeiam do solo e transpiram para a atmosfera cerca de **20 bilhões de toneladas de água em um só dia** (volume superior à vazão do Rio Amazonas). O vapor de água que vem das árvores forma nuvens com gran-

de capacidade de se transformar em chuva e cria uma diferença de pressão na atmosfera, que suga o ar úmido do oceano para dentro do continente. Toda essa umidade forma os "rios aéreos de vapor" que, exportados por ação do vento, colidem com a Cordilheira dos Andes e seguem para regiões distantes como Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país, levando umidade para essas regiões.

As florestas também desempenham um papel crucial na proteção de nascentes, rios e mananciais, influenciando na qualidade e quantidade da água que segue para os reservatórios que abastecem as grandes cidades.

Assim, ao promover o desmatamento, interferimos de maneira extremamente negativa no ciclo das águas, o que também afeta o controle do clima.

ENERGIA

Embora muitos países tenham colocado a eficiência energética em suas prioridades, os níveis de intensidade energética continuam piorando. Neste cenário, desastres como o acidente na central nuclear de Fukushima põem em questão os atuais sistemas de abastecimento energético. Neste cenário a eficiência energética e as energias renováveis estão surgindo de for-

ma proeminente como a opção que permite combinar o abastecimento da energia para todos de maneira limpa, segura e justa e são ainda uma importante fonte de emprego com mais de 3,5 milhões de vagas de trabalho em nível mundial.

Entender o acesso aos recursos e serviços como uma questão de direitos humanos implica desenvolver as políticas e medidas necessárias para garantir este acesso a todas as pessoas, e fazê-lo aliás de maneira sustentável.

Nos encontramos numa situação ambiental crítica, pois os

modos em que o desenvolvimento econômico tradicionalmente dá acesso a esses recursos, gera graves problemas ambientais. A mudança climática deixa claro que a produção de energia não pode seguir baseando-se em combustíveis fósseis. O grande aumento do investimento especulativo fomentado pela financeirização do setor. Os três grandes recursos, a terra, a energia e a água, confluem na mesma crise de desigualdade impulsionada pela crescente privatização e o controle por parte das empresas privadas e dominadas pelas dinâmicas dos mercados.





ESTRATÉGIAS PARA UMA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA

Mudar para uma economia de baixo carbono pode criar empregos e oportunidades, mas deve ocorrer de forma econômica e socialmente justa.

O diretor de mitigação da ONU para mudanças climáticas, James Grabert, explica em seu relatório, que para incluir todos, os países precisam de políticas de transição e diversificação econômica abrangentes, inclusivas e baseadas no diálogo social. Essas políticas devem ser integradas aos planos nacionais de ação climática, bem como a programas nacionais de adaptação, para evitar o agravamento da desigualdade. Afirma que o conceito de “transição justa” reconhece que uma mudança para uma economia mais sustentável pode ter impactos significativos sobre trabalhadores e comunidades que dependem de combustíveis fósseis.

O relatório apresentado traz alguns dos melhores exemplos de países que já estão implementando essas estratégias. Os casos vão desde a proteção social para trabalhadores de fábricas em Bangladesh, onde a moda está buscando modelos de negócios mais sustentáveis, até acordos na Espanha, que está substituindo usinas de carvão por parques eólicos e usinas fotovoltaicas. O relatório conclui que incluir treinamento e desenvolvimento de habilidades em planos nacionais de ação climática e roteiros de eletricidade pode criar políticas energéticas equitativas e duradouras.

Uma iniciativa nas Ilhas Marshall, por exemplo, leva treinamento técnico para mulheres no setor de energia solar, ajudando o país a atingir sua meta de 100% de energia renovável até 2050.

Na Dinamarca, um antigo estaleiro foi transformado em parque industrial com 100 empresas do setor de energia renovável. Em 2012, quando o estaleiro fechou, mais de 3 mil trabalhadores foram demitidos. Imediatamente após a decisão de fechar o estaleiro em 2009, uma parceria público-privada foi estabelecida para transformar o local em um parque industrial para indústria de energia eólica e renovável. Hoje, mais de 2,5 mil pessoas estão empregadas nas 100 empresas que operam no local e outros 3 mil profissionais atuam na indústria local e na hospitalidade que dão suporte ao local. (Fonte: <https://www.h2verdebrasil.com.br/noticia/onu-apresenta-casos-de-sucesso-sobre-transicao-energetica-justa/>)

O IMPACTO DESSAS TECNOLOGIAS PARA OS TRABALHADORES E PARA AS COMUNIDADES

Em 2016, com a instalação de parques eólicos nos municípios de Caetés, Venturosa, Pedra e Capoeiras, todos no agreste meridional, região semiárida de Pernambuco (Brasil), dezenas de famílias rurais achavam que a atividade que era propagandeada como uma energia “limpa, sustentável e sem impactos ambientais” poderia ser uma boa fonte de renda com pagamentos entre R\$ 1.500 e R\$2 mil por cada aerogerador (eólica) instalado.

Cinco anos depois, o cenário é desolador: noites em claro, antidepressivos e casas destruídas fa-

zem parte da rotina das famílias, que também tem visto a produtividade da terra cair junto com o aumento da mortalidade das criações de caprinos, suínos, aves, ovinos e outros animais que dividem território com os aerogeradores.

Desde agosto deste ano, uma **comitiva formada por entidades, movimentos sociais, sindicais e parlamentares** está visitando as áreas de parques eólicos no agreste do Estado para ouvir depoimentos de agricultores e agricultoras familiares sobre os impactos desses grandes empreendimentos na vida dessas famílias. Além dos

impactos na saúde física e mental, também na estrutura das casas e na produção das criações de animais, conforme relato de uma agricultora “os animais ficam estressados, diminuíram a produção de leite [de vaca] e de ovos [de galinha]. A galinha sai do ninho antes da hora, não choca os ovos o tempo necessário, os ovos goram”, diz ela, que também percebeu que a sombra das hélices se movendo no chão assusta os animais”. (Fonte: <https://www.brasilefatope.com.br/2021/10/21/parques-eolicos-destroem-plantacoes-criacao-de-animais-e-forcam-agricultores-para-exodo-rural>).

ESPORTES E MUDANÇA CLIMÁTICA

A mudança climática já está afetando a prática de esportes no Brasil. Como ficou evidente nos eventos-teste para a Olimpíada do Rio, em 2016, em que o calor excessivo, acima de 35°C, afetou o desempenho dos atletas. Essa foi a conclusão do relatório Mais Longe do Pódio – Como as Mudanças Climáticas Afetarão o Esporte no Brasil, lançado pelo Observatório do Clima, que coletou dados de pesquisas sobre o tema ao redor do mundo e ouviu médicos do esporte, preparadores físicos e atletas. Na Copa do Mundo de 2014, em Fortaleza e Manaus as partidas precisaram de tempo térmico quando a temperatura, chamada de bulbo úmido atingiu 32°C. O que é preocupante para a saúde de atletas profissionais ou amadores.

Quais são os desafios enfrentados pelos atletas em altas temperaturas?

Quanto mais intensa e prolongada for a atividade, maior será a temperatura dentro do corpo. Isso pode causar problemas como a queda de pressão, tontura, exaustão e síncope. Em casos extremos, até mesmo a morte. “O organismo humano tem uma faixa de temperatura muito estreita na qual ele funciona no seu ideal. Se você força muito acima dessa faixa ideal, você tem perda de desempenho e pode incorrer também em riscos variados à saúde”, disse o diretor de Comunicação do Observatório do Clima, Claudio Ângelo. A Federação Internacional de Futebol (Fifa), por exemplo, fixa o limite para a prática esportiva em 32°C.

Entre as medidas para enfrentar os desafios das mudanças climáticas é o investimento em ci-

ências e novas tecnologias, além da adoção e padrões de treinamentos adaptados ao clima.

Os atletas no Brasil podem sofrer mais com os efeitos climáticos, por estarem em um país tropical, por isso, os cuidados com as mudanças climáticas para evitar os problemas causados pelo calor extremo é um desafio para os profissionais envolvidos no esporte e para a sociedade como um todo.



EMPREGOS VERDES, TRANSIÇÃO JUSTA OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA MULHERES E JOVENS.

O emprego global não tem se recuperado desde que a crise global estourou no ano 2008. A taxa de emprego era 60,3 em 2011, quase um ponto abaixo do valor antes da crise e cinquenta milhões de empregos têm sido destruídos desde essa data. O desemprego juvenil tem aumentado em 80% nas economias desenvolvidas e em dois terços nas economias em desenvolvimento. Na atualidade, a primeira preocupação do movimento sindical mundial é o emprego, emprego dos que o perderam, dos jovens e das mulheres que desejam incorporar-se ao trabalho assalariado.

No entanto, no começo da crise, em setembro 2008, a Organização Internacional do Trabalho, (OIT) apresentou o estudo “Empregos verdes: Para o trabalho decente num mundo sustentável e com baixas emissões de carbono” realizado a pedido do Programa das Nações Unidas pelo Meio Ambiente (PNUMA) e com o suporte da Confederação Sindical Internacional (CSI). Nesse trabalho ficou definido que “empregos verdes” são aqueles que “reduzem o impacto ambiental das empresas e dos setores econômicos até alcançar níveis sustentáveis”, estabelece-se a necessidade de que eles sejam dignos, com direitos dentro e fora da empresa.

O sindicalismo global está convencido da necessidade de se construir um modelo de desenvolvimento sustentável, que respeite os limites ambientais do

planeta, que reverta a mercantilização e degradação do patrimônio natural, em que os esforços e as oportunidades para fazê-lo sejam repartidos equitativamente de acordo com as distintas responsabilidades e capacidades de cada país. Um modelo solidário, pelo imperativo moral e porque o desafio da sustentabilidade compromete as expectativas de toda a humanidade.

Porém é importante lembrar que se a criação de empregos verdes, não tiver uma regulamentação efetiva, podem ser “sujos, perigosos e difíceis”. As áreas que despertam preocupação – ainda que não exclusivamente nas economias em desenvolvimento – incluem a energia elétrica, agricultura e a reciclagem, onde é necessário modificar com rapidez as situações de baixos salários, insegurança nos contratos de trabalho e exposição a materiais perigosos.

Os empregos verdes podem reduzir o impacto ambiental das empresas e atividades econômicas em níveis sustentáveis. Mas os “empregos verdes” ao serem criados devem ajudar a preservar ou restabelecer a qualidade do ambiente. Além disso, se faz importante a adoção de medidas capazes de garantir trabalho decente com o objetivo de reduzir a pobreza ao mesmo tempo em que se protege o meio ambiente. Para Juan Somavia ex-diretor geral da OIT, “os ‘empregos verdes’ prometem um triplo dividendo: empresas sustentáveis; redução da



CASSIA BUFELLI MACARI
Vice Presidente da UGT

pobreza e uma recuperação econômica centrada no emprego”. Os trabalhadores e trabalhadoras percebem a importância desta relação lógica, mas, não confiam no mercado como instrumento de superação da desigualdade ambiental e promoção de justiça ambiental e social.

O mercado brasileiro perde apenas para a China, que tem 42% dos 12,7 milhões de postos de trabalho do planeta, segundo dados da Agência Internacional de Energia Renovável (Irena). A expectativa é de que, até 2030, as energias renováveis criem 38,2 milhões de empregos no mundo. (Fonte: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/brasil-ja-responde-por-10-dos-empregos-verdes-no-mundo/>)





CONSTRUINDO CIDADES RESILIENTES

Segundo a definição do Escritório das Nações Unidas para a Redução de Risco de Desastres (UNDRR), resiliência é a “capacidade de um sistema, comunidade ou sociedade exposta a riscos de resistir, absorver, adaptar, transformar e recuperar dos efeitos de um perigo, de forma antecipada e eficiente, incluindo a preservação e restauração de suas estruturas básicas essenciais e funções através de gestão de riscos”.

Atualmente, o conceito de resiliência urbana está muito mais conectado à habilidade de uma cidade se planejar e se adaptar diante de cenários adversos no futuro do que propriamente se reerguer após uma tragédia. Neste sentido, construir a resiliência no nível local promove a capacidade dos territórios urbanos crescerem e se adaptarem, apesar das pressões crônicas e eventos intensivos

que possam experimentar.

Dentro dessa perspectiva, o projeto ‘Aracaju Resiliente’ é um dos focos do Planejamento Estratégico. O município está entre as cidades de nível C, sinal de terem realizado ações assertivas e, neste trabalho, têm procurado envolver a população para que ela também seja um agente colaborador dessa resiliência.

A campanha global demanda, ainda, a segurança estrutural de unidades e órgãos essenciais, como escolas e postos de saúde; ter um quadro administrativo com conhecimento técnico, com geólogos, engenheiros, arquitetos para identificar as áreas de risco e o que pode ser feito para melhorar; apoio junto à comunidade. No caso de Aracaju (Sergipe, Brasil), através dos Núcleos de Defesa Civil da Comunidade (Nudec); realizaram o mapeamento das áreas



ANA PAULA GUEDES FRANCO

Secretária Adjunta para Assuntos do Cooperativismo e Empreendedorismo

de risco de toda a cidade; uso do Plano de Ocupação do Solo que está em desenvolvimento junto ao Plano Diretor; e recuperação e reconstrução das comunidades após situações como a chuva de 2019. (Fonte: https://www.aracaju.se.gov.br/noticias/94914/cidades_resilientes_aracaju_atinge_nivel_maximo_em_iniciativa_global_da_onu.html).

O QUE É UMA CIDADE RESILIENTE?

Para que seja considerada resiliente, uma cidade deve fornecer para a sua população áreas seguras para se viver, com serviços e infraestrutura adequada, além de possuir um governo local inclusivo, competente e responsável, que garanta uma urbanização sustentável e investir na natureza.

Na cidade resiliente, as autoridades locais e a população entendem os riscos e ameaças que o território enfrenta, e as comunidades participam ativamente no processo de planejamento local. Por fim, é uma cidade que está preparada porque tomou medidas para antecipar desastres e mitigar os impactos potenciais, sendo capaz de responder rapidamente, recuperar e restaurar os serviços básicos necessários para retomar suas atividades.

Uma das ações previstas no plano, deve ser a implementação de um Sistema de Alerta de Desastres, fundamental para auxiliar na tomada de decisão em situações de gerenciamento de crise, como aponta o diretor da Defesa Civil de Campinas (São Paulo, Brasil), Sidnei Furtado. “Isso gerou uma



redução significativa de áreas de riscos em nossa cidade”. Em 2013, a cidade anunciou uma redução de 60% no total das áreas consideradas com um alto grau de probabilidade de desastres – de 75 para 30. De acordo com um relatório do Banco Mundial, quatro desastres naturais que aconteceram no Brasil entre 2008 e 2011 causaram uma perda de aproximadamente R\$15 bilhões, além de um rastro de destruição e mortes. (Fonte: <https://americadosul.iclei.org/desafios-e-boas-praticas-na-construcao-de-cidades-resilientes>).



Construindo
Cidades
Resilientes

FONTE: [HTTPS://WWW.GOV.BR/MDR/PT-BR/ASSUNTOS/PROTECAO-E-DEFESA-CIVIL/CIDADES-RESILIENTES](https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa-civil/cidades-resilientes)

A Campanha 2030, MCR2030, é liderada pelo Escritório das Nações Unidas para Redução do Risco de Desastres, UNDRR (ONU), por meio da articulação de vários atores. Segundo o governo brasileiro, o objetivo de MCR2030 é assegurar que as cidades estejam se tornando inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis até 2030, contribuindo diretamente para a realização do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável e de outras iniciativas globais, como o Marco de Sendai para Redução do Risco de Desastres, o Acordo de Paris e a Nova Agenda Urbana. (Fonte: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa-civil/cidades-resilientes>).



OS SINDICATOS NA LUTA POR UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Hoje mais que nunca, estamos sofrendo as múltiplas dimensões da crise global. De um lado, a grave crise econômica, cujo impacto brutal dá-se no emprego, refletido na necessidade de criar 600 milhões de postos de trabalho no próximo decênio. 80% da população do planeta ganha menos do que se considera 10 dólares diários nos Estados Unidos, e 40% ganha menos de 2 dólares (apenas o suficiente para não morrer de desnutrição ou fome).

A crise ambiental tem entre seus grandes protagonistas a mudança climática e a perda da biodiversidade: até dois terços das espécies estão em perigo de extinção. Neste contexto de escassíssimos salários e desafios cada vez maiores, as pressões desreguladoras, sobre o mundo do trabalho são cruéis, com milhões de trabalhadores fora de sistemas de negociação coletiva, e outros nos quais a negociação coletiva se reduz só aos salários, sem incluir outros aspectos fundamentais de condições trabalhistas.

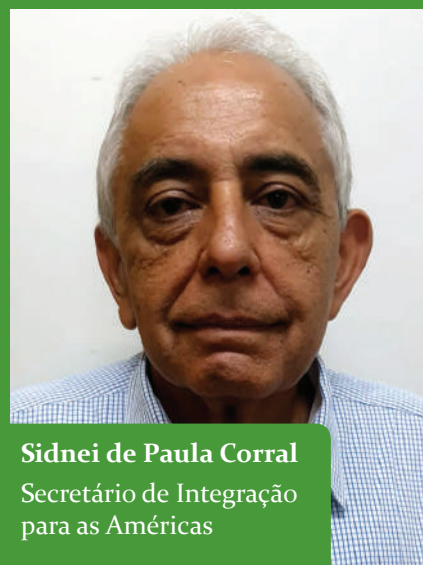
O movimento sindical é cons-

ciente dos desafios e de que não haverá avanço se não se propor soluções coordenadas aos problemas sociais, econômicos e ambientais. Necessitamos de um novo paradigma no qual a prosperidade e o bem-estar venham pela mão de uma justa e sustentável distribuição dos recursos, em que se garantam a liberdade, o respeito pelos direitos humanos e trabalhistas, a igualdade de gênero e onde o pleno reconhecimento do desenvolvimento econômico e cultural se ajuste à capacidade de carga dos ecossistemas. Os mecanismos para conseguir este resultado são fundamentais.

As organizações sindicais consideram que para que a democracia seja real, devem lutar pela centralidade do trabalho, o que significa que os trabalhadores sejam protagonistas informados do processo de mudança e contribuam na elaboração de alternativas.

Diversas experiências em nível nacional demonstram que a ação sindical e a negociação coletiva,

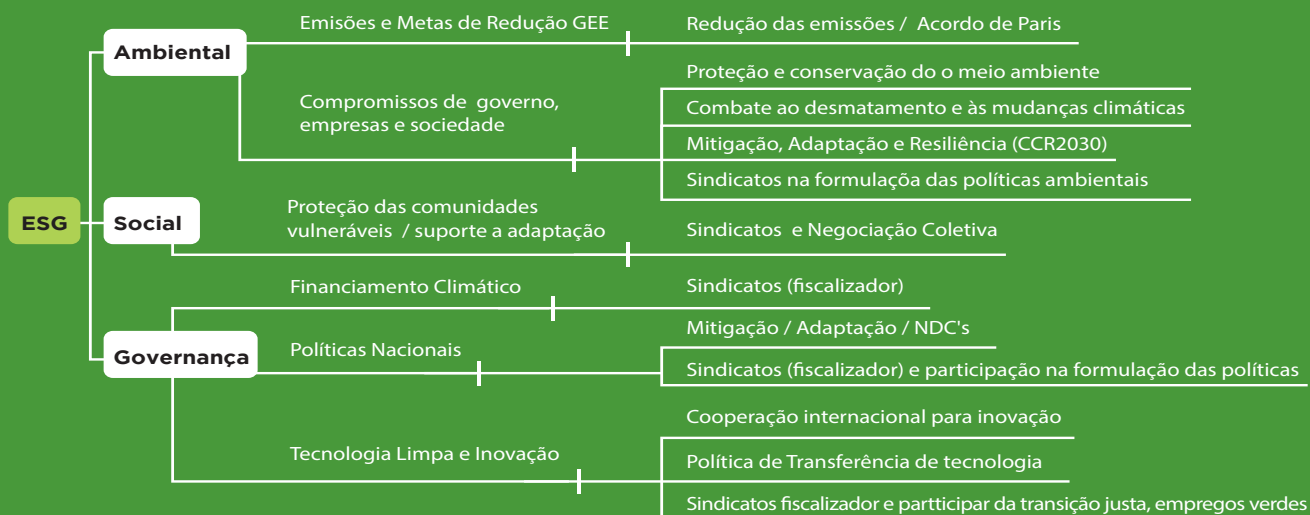
em diferentes níveis, têm o potencial de acelerar a transição para o desenvolvimento sustentável. São direitos dos cidadãos e cidadãs a informação e participação. Os desafios ambientais afetam aos trabalhadores e trabalhadoras em sua dupla condição: como atores da produção e como cidadãos afetados pelos impactos ambientais da atividade econômica.



Sidnei de Paula Corral
Secretário de Integração para as Américas

Relação do ESG com a COP 28 e os Sindicatos

Algumas das questões do ESG relacionadas com as mudanças climáticas e a sustentabilidade, discutidas nas COP's:



A AGENDA 2030 NÃO SERÁ ALCANÇADA SEM A INCLUSÃO DE SINDICATOS E ORGANIZAÇÕES REPRESENTATIVAS DA SOCIEDADE CIVIL

Se sonhamos com um mundo sustentável, precisamos unir a sociedade civil para o alcance das metas dos 17 ODS. Os sindicatos são legítimos historicamente nesta representatividade e cooperação para atingirmos os objetivos, pois sua história sempre foi embasada na busca por um trabalho decente, a redução de desigualdades e melhores condições de vida para todos, que hoje estão associadas ao que pensamos em bem estar social (welfare state) para o mundo, com questões ambientais e de mais ética por parte de todos os atores. Portanto, sem a participação da sociedade civil, será difícil alcançar a Agenda 2030. E é neste oportuno momento de resgate do sentimento de coletividade, que o movimento sindical encontra uma via de fortalecimento, para construir uma nova jornada sindical, pois sem sua participação a Agenda 2030 (ONU) não será alcançada.

DURANTE E NO PÓS A PANDEMIA DA COVID-19, AS EMPRESAS TENTARAM OCUPAR ESTE ESPAÇO SOCIAL, MAS HÁ MUITOS DISCURSOS FALACIOSOS DE WASHING, E OS SINDICATOS SÃO LEGÍTIMOS HISTORICAMENTE NA DEFESA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

A ascensão da pauta ESG (sigla em inglês que significa Environmental, Social and Governance), promovida pelas empresas, nos últimos anos, como resposta às novas demandas e pressões da sociedade, e de uma geração com

novos propósitos sobre o trabalho, que foi acelerada durante a pandemia da COVID-19, acabou ocupando, no campo das ideias e proposições, um espaço que legitimamente não é das empresas, na geração de soluções aos problemas sociais que a concentração de capital e perda de direitos dos trabalhadores geraram na sociedade global nos últimos anos.



A transformação cultural e de gestão das empresas em torno do ESG (Environmental, Social e Governance) tem revelado dissonâncias entre o discurso e a prática, na transição ao capitalismo consciente, o que inclui o atendimento à nova visão das gerações Millenials e Z, quanto aos aspectos trabalhistas e do que se entende como propósito do trabalho, e as empresas precisam atender aos critérios ESG, que incluem

cumprimento da legislação aplicável ao modelo de negócio, com ênfase na garantia de um adequado ambiente laboral e regras de Medicina e Segurança do Trabalho; incentivo efetivo à diversidade e inclusão social; fomento do marketing responsável e a preocupação com os impactos sociais e ferramentas para impedir condutas inadequadas (racismo, assédio sexual, assédio moral); preservação dos valores éticos e a implementação de programas de Compliance que desestimulem a corrupção e posturas antiéticas. Se analisamos a narrativa no âmbito comunicacional, este movimento corporativo tenta ocupar o território social, historicamente reconhecido das organizações sindicais, se apropriando do seu propósito e sua luta pelos direitos, na proteção do trabalhador e na garantia da justiça social. O mundo mudou a partir da pandemia, e caminha rumo a um capitalismo consciente/verde, que parte desta premissa de construção coletiva é o engajamento da sociedade civil, e os sindicatos estão atentos e com conhecimento sobre as metas da Agenda 2030, tendo como pauta prioritária algumas destas metas.



Seminário “O S do ESG é do Movimento Sindical” Fonte: <https://geracaot.com.br/>

COP 28 E A CSA

CONFEDERAÇÃO SINDICAL PARA AS AMÉRICAS

A CSA tem entre as suas prioridades, definidas no seu 4º Congresso para o período 2021-2025, o desafio de conjugar, de forma articulada e unitária, as lutas sindicais, sociais e ambientais. Como parte deste trabalho de longo prazo, está a incidência, desde a perspectiva da classe trabalhadora, na discussão global das políticas climáticas e ambientais como parte da luta por um modelo de desenvolvimento sustentável que vincule a justiça social e a justiça ambiental.

Construímos um posicionamento sobre a questão ambiental e o trabalho, desde uma perspectiva que permite identificar o vínculo entre as pessoas e a natureza mediado pelo trabalho, reconhecendo a centralidade da questão ambiental na ação sindical. Este posicionamento permitiu-nos desenvolver ações de mobilização e incidência a nível regional e internacional. Sendo protagonista na representação da classe trabalhadora das Américas em marcos fundamentais como a Cúpula Rio +20, momento a partir do qual construiu uma longa história de contribuições promovendo a perspectiva da Transição Justa como eixo político central para as negociações. Este trabalho faz parte de um enorme esforço programático, levado adiante com suas organizações afiliadas e em aliança com movimentos sociais e setoriais da sociedade civil, de onde resultaram propostas como a Plataforma de Desenvolvimento

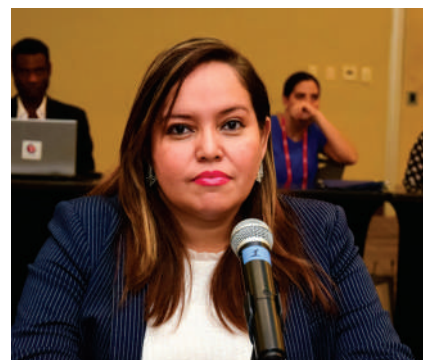
das Américas - PLADA ou contribuições em torno da discussão sobre Transição Energética com a realização da 3ª Conferência Regional de Energia, Meio Ambiente e Trabalho (CREAT) em 2018, em um esforço de avançar nas definições que o movimento sindical tem em relação às questões ambientais e energéticas. Este processo tem sido fundamental na consolidação da Jornada Continental pela Democracia e contra o neoliberalismo.

Ao mesmo tempo, a CSA considerou uma de suas prioridades no processo de Fortalecimento e transformação do movimento sindical a imprescindível necessidade de Formação e Educação Sindical. Isto foi conseguido através de uma maior apropriação da perspectiva política da CSA pelas suas afiliados sobre diferentes prioridades, incluindo o ambiente e o trabalho.

Confederação Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas (CSA), é a expressão sindical regional mais importante do continente americano, temos 53 organizações nacionais afiliadas de 21 países, que representam 55 milhões de trabalhadores/as e é a organização regional da Confederação Sindical Internacional (CSI).

Transição justa constitui a proposta prioritária do movimento sindical frente as consequências da crise climática e ambiental. A transição justa como conceito que emerge dos sindicatos põe em primeiro plano a necessária articula-

ção entre os princípios de justiça social e justiça ambiental. Se define como o conjunto de políticas desenhadas para assegurar que a transição e o caminho em direção a uma produção com baixas emissões de gases de efeito estufa e garantam condições de vida e trabalho dignas, respeito a os direitos humanos e igualdade de oportunidades a trabalhadores e trabalhadoras e comunidades implicadas.



KAIRA REECE,

Secretária de Desenvolvimento Sustentável da Confederação Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas - CSA.



CÍCERO PEREIRA,

Secretário de Formação e Educação Sindical da Confederação Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas - CSA.

SAÚDE E SEGURANÇA E OS PRINCÍPIOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS NO TRABALHO



CLEONICE CAETANO SOUZA

Vice Presidente da UGT

A 110ª Conferência da OIT (Organização Internacional do Trabalho), em uma decisão histórica acrescentou a segurança e saúde aos Princípios e Direitos Fundamentais

no trabalho. Isso significa que todos os Estados membros se comprometem a respeitar e promover o direito fundamental a um ambiente de trabalho seguro e saudável, tenham ou não ratificado Convenções relevantes. Até agora existiam quatro categorias de Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho:

- 1º **Liberdade sindical e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva;**
- 2º **Eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório;**
- 3º **Abolição efetiva do trabalho infantil;**
- 4º **Eliminação da discriminação em relação ao emprego e ocupação.**

A decisão da Conferência significa que Segurança e Saúde no Trabalho será a quinta categoria. As discussões se concentraram na ação urgente e necessária para lidar com as consequências trabalhistas e sociais das crises atuais e no uso de abordagens centradas nas pessoas para apoiar a paz, resiliência e o desenvolvimento inclusivo, em particular para as populações em situação de maior vulnerabilidade. Nossa mensagem deve ser de esperança. Nossas ações e políticas devem criar oportunidades de trabalho decente enquanto lutamos contra os flagelos da exploração e da injustiça.

REFUGIADOS DO CLIMA



JOSINEIDE DE CAMARGO

Secretária Nacional de Políticas Públicas e Migração

Refugiados climáticos são pessoas que fogem devido às condições ambientais. Apesar de não serem levados em consideração, esta é uma situação que ganha maior destaque internacional, devido ao crescente número e contínua degradação ambiental, sobretudo por causa das mudanças climáticas. Isto se deve ao rápido aquecimento global, as condições meteorológicas extremas – chuvas fortes, secas, ondas de calor e tempestades tropicais – estão se tornando mais

imprevisíveis, intensas e frequentes. Além disso, elas aumentam o risco de novos perigos, como inundações, deslizamentos de terra, erosão, incêndios florestais e desertificação. Ao mesmo tempo, o aumento do nível do mar está trazendo inundações permanentes em áreas baixas. Isto faz com que populações inteiras precisem se deslocar para ter condições de produzir alimentos assim como ter acesso a água. Essas pessoas têm sido chamadas, não oficialmente, de refugiados climáticos.



“A mudança climática é a crise de nosso tempo e impacta também

os refugiados”. Segundo o Conselho Especial do ACNUR para Ação Climática, Andrew Harper, o aquecimento global está levando ao deslocamento forçado e reforça a necessidade de uma ação decisiva. Comunidades vulneráveis já sentem o impacto da mudança climática na comida, água, terra e outros ecossistemas necessários para a saúde humana, meios de subsistência e sobrevivência. Mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência e povos indígenas são afetados desproporcionalmente. Em ambientes frágeis e afetados por conflitos, a resiliência aos choques climáticos, degradação ambiental e deslocamento costuma ser menor. No total, sete dos 10 países mais vulneráveis e menos preparados para lidar com as mudanças climáticas possuem operações de manutenção da paz ou alguma missão política especial. Além disso, o impacto ao meio ambiente pode intensificar as dinâmicas dos conflitos e outras causas de tensões locais.

